



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 14 de fevereiro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Carnaval	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Crescimento	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Governo vai ao STF contra guerra fiscal	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Superávit	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO PIM	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Agronegócios	8
ECONOMIA	
A CRITICA CAPA	9
A CRITICA EM 2012	10
CAPA	
A CRITICA sim & não	11
OPINIÃO	
A CRITICA sobe e desce	12
OPINIÃO	
A CRITICA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	13
ECONOMIA	
A CRITICA CARREIRA	14
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO CAPA	15
AMAZONAS EM TEMPO Na disputa pelos tablets, Estado leva 1ª vantagem	16
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Justiça barra demissões de terceirizados da Suframa	17
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Novo PPB garante Red Bull em Manaus	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS EM MANAUS	19
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	20

DIÁRIO DO AMAZONAS	
Editorial	21
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	22
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
MPF sugere suspensão de benefícios paulistas para produção de tablets.....	23
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Notebooks, cartões de memória e bebidas têm novos PPBs	24
ECONOMIA	

CAPA

Modificação de PPB permite que a Red Bull se instale em Manaus

Depois de aproximadamente dois meses de espera, o segmento de bebidas no Amazonas conseguiu ontem a modificação do PPB que permite a vinda da fabricante austríaca Red Bull e outras do setor para o Polo Industrial de Manaus.

EDITORIAL

Guerra fiscal e respeito às normas fiscais do pacto federativo

De acordo com a lei, benefícios fiscais relativos ao ICMS só terão validade se forem acordados entre os Estados e o Distrito Federal, ou seja, com a aprovação do Conselho, que é o conselho que reúne os secretários de

Fazenda estaduais e do DF, entendimento legal que foi reconhecido pela Procuradoria Geral da República em favor do Amazonas.

Assim, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enviou ao Supremo Tribunal Federal parecer pela concessão de medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4635) pro-

posta pelo governador do Amazonas, Omar Aziz, contra medida do governador e da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A ação questiona dispositivos que legislam sobre a cobrança do ICMS e os benefícios fiscais concedidos por São Paulo a tablets lá fabricados, que tiveram alíquota reduzida a zero, o que vem cau-

sando impactos prejudiciais ao mesmo produto fabricado na Zona Franca de Manaus estaria sendo taxado em 12% ao entrar em São Paulo.

O entendimento do procurador-geral, afirmando tratar-se de “exigência que tem por objetivo evitar a prática de guerra fiscal, que, em última análise, provoca a desestruturação do

próprio pacto federativo”, dá força ao Amazonas junto ao Supremo, que já tem posicionamento declaradamente contrário à guerra fiscal entre Estados.

O que mostra que o encaminhamento da questão pelo lado eminentemente técnico, ante a pouca força política do Estado, é acertada e pode conduzir a desfecho satisfatório.

Carnaval

Comércio tem horário especial

Funcionamento é normal na segunda "gorda", mas fecha na terça e a maioria deve abrir a partir do meio-dia, na quarta

A Federação do Comércio do Estado do Amazonas informa que o comércio da capital vai funcionar de forma diferenciada neste Carnaval. Na segunda-feira (20) o comércio abre normalmente. Na terça-feira (21) fecha e quarta-feira (22), o horário é facultativo, seguindo a tradição dos dias carnavalescos comemorados em todo o Brasil, sendo que a maioria abrirá a

partir das 12h.

Já os shoppings terão abertura diferenciada. Apenas o Amazonas Shopping já tem o horário definido: Sábado de 10h às 22h, domingo: praça de alimentação de 12h às 21h, lojas de 14h às 21h, segunda-feira: de 10h às 22h, terça-feira: praça de alimentação de 12h às 21h, lojas de 14h às 21h, quarta-feira praça de alimentação e lojas de 12 às 22h. Os

supermercados funcionam em seu expediente normal.

Os bancos brasileiros não abrirão dos dias 20 e 21 de fevereiro em função do Carnaval, informa a Febraban (Federação Brasileira de Bancos). No dia 22 de fevereiro, quarta-feira de cinzas, o funcionamento das agências será a partir das 12h.

As contas de consumo (água, luz, telefone e TV a cabo, por

exemplo) e os carnês que vencerem nessas datas poderão ser pagos no dia útil seguinte, 22 de fevereiro, sem a incidência de multa. Os tributos, normalmente, já estão com a data ajustada pelo calendário de feriados (federal, estaduais e municipais).

A população pode utilizar os canais alternativos de atendimento para realizar operações bancárias, como caixas eletrô-

nicos, internet banking, mobile banking, banco por telefone e correspondentes (casas lotéricas, agências dos Correios, redes de supermercados e outros estabelecimentos comerciais credenciados).

"Canais como internet banking e caixas eletrônicas funcionarão normalmente, facilitando, dessa forma, a vida do consumidor", diz o diretor-adjunto de Serviços da Febraban,

Walter Tadeu Pinto de Faria.

Os clientes podem, ainda, agendar nos bancos os pagamentos das contas de consumo ou pagá-las (as que têm código de barras) nos próprios caixas automáticos, ou nos correspondentes. Já os boletos bancários de clientes cadastrados como sacados eletrônicos poderão ser agendados ou pagos por meio do DDA (Débito Direto Auto-rizado).

Crescimento

Previsão para 2012 fica menor

Para o Ministério da Fazenda, o ritmo do crescimento da economia será mais intenso nos dois próximos anos

O Ministério da Fazenda reduziu as projeções oficiais de crescimento para a economia brasileira em 2011 e em 2012. Segundo a publicação Economia Brasileira em Perspectiva, as estimativas de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) foram atualizadas para 3,2% e 4,5%, respectivamente.

Na publicação anterior, divulgada em dezembro, o ministério apostava em crescimento

de 3,8% para 2011 e 5% para 2012. O resultado do PIB do ano passado será divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no início de março.

Para a Fazenda, o ritmo do crescimento da economia será mais intenso nos dois próximos anos. O ministério prevê expansão de 5,5% em 2013 e 6% em 2014. Entre 2011 e 2014, a média de crescimento da economia será 4,8% ao ano, maior que a média dos 4,6%

anuais registrados de 2007 a 2010.

“Depois da acomodação em 2011, a economia brasileira vai se acelerar. Com investimentos tanto do setor privado, como do setor público, a média de expansão do PIB até 2014 deve ser superior à dos quatro anos anteriores”, avaliou o ministério, na publicação.

Mesmo com os ajustes, a previsão de crescimento está mais otimista que as estimativas do mercado. Segundo o boletim

Focus, pesquisa com análises financeiros divulgada toda semana pelo Banco Central, o PIB deve encerrar 2012 com crescimento de apenas 3,3%.

A previsão para a inflação

oficial pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) foi mantida em 4,7% neste ano, perto do centro da meta, que é 4,5%. A projeção é a mesma apresentada pelo Banco Cen-

tral no último Relatório de Inflação, lançado em dezembro. O número, no entanto, está abaixo dos 5,29% previstos pelas instituições financeiras no boletim Focus.

Governo vai ao STF contra guerra fiscal

Juliana Geraldo

O governo do Amazonas contestou no STF (Supremo Tribunal Federal) por meio da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4635, a decisão tomada pelo governo de São Paulo de reduzir a zero a alíquota do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) para a produção de tablets, alegando 'guerra fiscal', o que traria prejuízos tanto para o próprio Amazonas quanto para os demais Estados e o Distrito Federal.

Em resposta, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enviou ontem ao STF parecer favorável pela concessão da medida cautelar.

O analista econômico da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Gilmar Freitas, explica que benefícios fiscais relativos ao ICMS devem ser discutidos primeiro entre os Estados e o Distrito Federal.

"O Amazonas é o único que pode legislar sobre o ICMS. Toda medida não aprovada pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), ou seja, envolvendo a aprovação

de todos os Estados brasileiros, prejudica não só a nossa economia como também a de todos os outros. O STF considera irregular todo tipo de concessão de benefícios não autorizados pelo conselho, mas eles continuam fazendo", detalhou.

Segundo ele ainda há o agravante de os sete fabricantes com projetos já aprovados no Codam (Conselho de Desenvolvimento do Amazonas) decidirem pelo Estado paulista caso a isenção do imposto não seja evitada.

"Os projetos aprovados para produzir tablets no Estado não garantem nada por enquanto. Os incentivos só são concedidos quando se inicia a produção e comercialização do produto. Todo processo anterior é por conta do empresário. Portanto, ele tem livre arbítrio para escolher onde é melhor investir", alertou.

O parecer será apreciado pelo ministro Celso de Mello, relator da ação no STF.

A reportagem procurou a Agecom (Agência de Comunicação do Estado do Amazonas) para saber maiores detalhes sobre o andamento da ação, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Números

TABLETS - PROJETOS APROVADOS

Empresas	Empregos	Investimento (em milhões)
CBTD	67	R\$ 35,60
Digibrás	45	R\$ 29,00
Greenworld	26	R\$ 18,00
Positivo	24	R\$ 54,20
Samsung	58	R\$ 48,50
Evadin	41	R\$ 59,50
Procomp	19	R\$ 11,00
TOTAL	280	R\$255,80

Superávit

Balança se recupera em fevereiro

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,155 bilhão na segunda semana de fevereiro, contabilizada de 6 a 12 deste mês, segundo dados divulgados ontem pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). O saldo positivo é resultado das exportações de US\$ 5,087 bilhões e importações de US\$ 3,932 bilhões.

Em janeiro, nas quatro semanas do mês, a balança comercial registrou déficit. Já em fevereiro, foi registrado o primeiro superávit comercial do ano. A primeira semana do mês, com apenas três dias úteis, teve US\$ 196 milhões de superávit.

A média diária de embar-

ques externos da segunda semana de fevereiro foi US\$ 961,4 milhões. Nas compras internas, a média diária registrada ficou em US\$ 792,5 milhões. Quando comparado ao mesmo período de 2011, os embarques externos aumentaram 14,9% e as importações avançaram 2% no mesmo período do ano passado.

Trata-se do segundo superávit semanal consecutivo. Em fevereiro, as vendas para o exterior somaram US\$ 7,691 bilhões, enquanto as compras internas registraram US\$ 6,340 bilhões. No acumulado do ano, as exportações somam US\$ 23,832 bilhões e as importações, US\$ 23,773 bilhões, com saldo positivo de US\$

59 milhões.

Na comparação com a primeira semana de fevereiro, as exportações melhoraram por conta do aumento de vendas de produtos básicos (+37,5%), de semimanufaturados (+19,9%) e de manufaturados (+7%). No caso dos produtos básicos, os destaques foram petróleo, minério de ferro, café em grão, farelo de soja, carne bovina e fumo em folhas.

Do lado das importações, houve recuo de 2% frente à semana passada. A queda deve-se à redução de gastos com combustíveis e lubrificantes, equipamentos mecânicos, plásticos e obras, instrumentos de ótica e precisão e farmacêuticos.

PIM

PPB reforça segmento de bebidas

Fabricantes de isotônicos e energéticos ganham estímulo para produção industrial no Polo Industrial de Manaus

Juliana Geraldo

Depois de aproximadamente dois meses de espera, o segmento de bebidas no Amazonas conseguiu junto ao Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), modificação do PPB (Processo Produtivo Básico) que permite aos fabricantes de bebidas energéticas e isotônicas a concessão de benefícios fiscais para produzir no Estado. A Portaria (nº35/12) foi publicada no DOU (Diário Oficial da União).

A alteração torna possível a vinda da fabricante austríaca Red Bull para o PIM. A empresa que, no ano passado foi a responsável por um dos maiores investimentos aprovados pelo Codam (Conselho de Desenvolvimento do Amazonas) pretende injetar R\$ 509 milhões no Estado e gerar 79 postos de trabalho nos próximos três anos, mas dependia da mudança do PPB para iniciar o processo de instalação.

"A modificação desse PPB demonstra que se nós atuarmos de maneira coesa, com entidades de classe, indústria, governo e a bancada amazonense devida-

mente alinhados, nós podemos conseguir resultados concretos para o desenvolvimento do Estado", declarou o presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), Wilson Périco.

Segundo ele, a vinda da Red Bull trará, mais do que a geração de emprego e renda, trará uma nova área de atuação ao Polo Industrial. "É um novo nicho, uma atividade diferenciada que conquistamos para o Amazonas", destacou.

Além disso, de acordo com o presidente do Sindicato das Indústrias de Bebidas em Geral de Manaus, Antônio Silva, a iniciativa da fabricante deve atrair outros projetos para o Estado. "São as chamadas indústrias periféricas que devem vir para cá, compondo a cadeia necessária para a fabricação do produto".

Para o titular da Seplan-AM (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico), Airton Claudino, a modificação abre a possibilidade para novos investimentos na região também em outros segmentos. "Essa alteração expande o leque de opções para empresas que busquem investir em novos produtos", avaliou.

Próximos passos

De acordo com o consultor econômico que representa a Red Bull em Manaus, Roderick Castello Branco, o projeto já foi apresentado ao CAS (Conselho Administrativo da Suframa) para análise técnica e aguarda somente a aprovação no próximo dia 28.

"Assim que for aprovado, os próximos passos serão a aquisição de terreno e o início dos processos de licenciamento", informou.

PPBs em atraso

Wilson Périco lembra que, apesar da aprovação, outros 30 PPBs continuam aguardando liberação do Mdic.

Airton Claudino informou que o governo do Estado vem trabalhando junto à Suframa para dar celeridade aos processos. "Além disso, queremos fazer um resgate de cada uma", disse.

Segundo o secretário, o objetivo é que os processos passem a respeitar o prazo total de 120 dias para fixação ou alteração, contados a partir do início da etapa de elaboração do anteprojeto, após análise de habilitação do processo.



O projeto da Red Bull já foi apresentado ao CAS (Conselho Administrativo da Suframa) para análise técnica e aguarda somente a aprovação no próximo dia 28

Por dentro

Red Bull

- A Portaria Interministerial N.º 12, de 23 de fevereiro de 2000 estabelece o PPB (Processo Produtivo Básico) para os refrigerantes (exceto de guaraná), industrializados na Zona Franca de Manaus.

- A Red Bull solicitou a mudança do PPB de refrigerantes para PPB de refrigerantes, bebidas energéticas e isotônicos em dezembro de 2011.

- No projeto apresentado ao Codam, a empresa calculou a capacidade de produção de 64 milhões de litros no primeiro ano, chegando a 85 milhões no terceiro.

- Atualmente, a produção da Red Bull, que abastece mais de 160 países, é feita em unidades terceirizadas na Europa (uma na Áustria e outra na Suíça).

- Há previsão, de acordo com a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), que, uma vez instalada no Amazonas, a fabricante vá investir na substituição de insumos, aproveitando ingredientes regionais na produção do energético.

Agronegócios



THOMAZ MEIRELLES

Escoamento da produção rural no AM

No último dia 19 de janeiro, o *Jornal do Comércio* publicou matéria com o título "Agricultores reclamam apoio para escoamento" trazendo depoimento da agricultora familiar Astérea de Jesus (55), do Careiro Castanho, reivindicando apoio logístico, técnico e pouco investimento no setor rural. Maria do Rosário Fernandes, representante da Fetagri-AM para as políticas de mulheres e sociais, afirma encontrar dificuldade para conseguir apoio na construção de uma agroindústria, na elaboração de projetos e no acesso ao crédito.

Outra produtora que afirma não ter o apoio necessário para a produção é Elena Soares (62), de Itacoatiara-AM, declarando enfrentar dificuldades em vender as frutas que cultiva, entre elas, graviola e acerola. A matéria traz, também, esclarecimentos da Sepror, por intermédio da gerente de projetos, Sônia Alfaia, de que vem tentando atender os produtores rurais oferecendo barcos e outros transportes, comentou, ainda, que

algumas prefeituras estão retirando o apoio aos produtores rurais, o que vem aumentando a demanda em direção ao Sistema Sepror.

Falta conhecimento e interesse no setor rural

Com relação à dificuldade no "escoamento", é preciso entender em que circunstância ele ocorre. Se for "estrada/vicinal" o assunto é complexo e depende de prioridade do governo para liberar mais verbas para o setor primário. Agora, caso não envolva "estradas/vicinal", somente a questão "fluvial" recomendo conhecer o "Região Social" implementado, no passado, em Envira, e fazer as adaptações para a realidade de cada município. Ainda com relação ao "escoamento" é preciso que os prefeitos conheçam e colaborem na execução dos programas de compras governamentais, entre eles, o PAA (executado pela Conab, e a partir deste ano pelo Sistema Sepror), PREME (executado pela ADS) e, mais recentemente, o PNAE (com verba federal do FNDE/Merenda Escolar, e executado obrigatoriamente -mínimo de de 30%- pelo Estado e prefeituras). Com relação a

esses programas tenho notado certo desconhecimento e desinteresse de alguns gestores, mas outubro está chegando e é hora de escolher nomes comprometidos com o setor agropecuário local. Com relação ao acesso do Pronaf, volto a falar sobre a extrema necessidade de um maior

Bons exemplos do ZFV deveriam ser amplificados, mas com a atual estrutura dos órgãos

número de bancos oficiais no Amazonas (Banco do Brasil e Amazônia), caso contrário o dinheiro disponibilizado pelo governo federal não chegará ao bolso do agricultor familiar do Amazonas no volume que sonhamos e desejamos.

Demissão na ZFM é notícia no jornal O GLOBO

Diz a matéria: "Houve cortes em São Paulo e na Zona Franca de Manaus... Segundo a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus),

670 trabalhadores da Semp Toshiba foram demitidos nos últimos dois meses. Desse total, 520 demissões aconteceram nos últimos dez dias. A Semp Toshiba informou que houve uma adequação natural de seu quadro de pessoal em vista da sazonalidade de mercado e da projeção de demanda para os próximos meses. O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, disse que a Semp Toshiba tinha em outubro 2.600 trabalhadores, mas começou a demitir até chegar a 2.005. Há receio de que a Philips também demita, já que a matriz avisou que cortará 4.500 vagas até 2012". Defendo que o Amazonas continue lutando com todas as forças pela manutenção do Polo Industrial de Manaus, pois somos exemplo de desenvolvimento com sustentabilidade. Contudo, quando acesso notícias que envolvem negativamente nosso PIM fico extremamente preocupado com o futuro da economia local.

Trabalho no setor rural e sei o quanto ele tem potencial pra superar os empregos gerados pela ZFM/PIM. Sei também que esse potencial é consenso, mas ainda não é prioridade. Os bons exemplos do Zona Franca Verde deveriam ser ampliados, mas com a atual estrutura dos órgãos vinculados ao setor agropecuário diante da dimensão geográfica do Amazonas, os avanços ficam comprometidos.

IAC cria seringueiras mais produtivas

A produção de borracha no Estado de São Paulo acaba de ganhar uma ajudinha extra. O IAC (Instituto Agronômico de Campinas), vinculado à Secretaria de Agricultura, anunciou nesta semana a criação de 15 novos clones de seringueiras com produtividade e rigor acima da média dos atuais. Fonte: (Por Bettina Barros/De São Paulo/ *Jornal Valor Econômico*, dia 27/01/12)

Thomaz Antonio Perez da Silva Meirelles, servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio. E-mail: thomaz.meirelles@hotmail.com

CAPA

COMPUTADORES PORTÁTEIS BENEFÍCIOS FISCAIS

Zona Franca tem vitória na luta contra SP

Amazonas recebe parecer favorável ao pedido de suspensão das leis paulistas que oferecem benefícios de ICMS para produção de tablets. PÁGINA 9

EM 2012

Suframa quer realizar mais um concurso

sim & não

PINGA FOGO

X A abertura de novos PPBs para o Polo Industrial de Manaus, que há muito estavam travados em Brasília, já mostra o poder de articulação política do novo titular da Suframa, Thomaz Nogueira. Os PPBs saíram ontem, três dias úteis depois de ter ido ao Planalto.

X Quem também andava incomodado com a demora na liberação dos PPBs era o governador Omar Aziz. Tanto que na posse de Thomaz, no dia 10 de janeiro, ele fez cobrança ao Ministério do Desenvolvimento.

X O deputado Sidney Leite (DEM) entregou ontem ao Unicef documento em que denuncia que 30% dos jovens indígenas em idade escolar estão fora da escola. O objetivo de Sidney é provocar o Governo Federal.

sobe e desce



Michel Temer

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

>> Criticou a invasão de produtos chineses no País, que prejudica inclusive a ZFM.



Thomaz Nogueira

TITULAR DA SUFRAMA

>> Conseguiu em Brasília liberar PPBs que há muito estavam travados em Brasília.



Joacy Azevedo

MÉDICO

>> Poderá ir à júri popular por homicídio doloso por cometer erro no exercício da medicina.



Ari Moutinho

CONSELHEIRO DO TCE

>> Por improbidade, juiz decretou o bloqueio dos bens dele no processo do “Caso Prodente”.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Parecer favorável ao AM

Benefícios fiscais para produção de tablets em São Paulo são inconstitucionais, diz procurador-geral

ANTONIO PAULO
antoniopaulo@scritica.com.br

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, deu parecer favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4635), do Governo do Estado do Amazonas, que pede a suspensão das leis do Estado de São Paulo e Assembleia Legislativa paulista, as quais concedem benefícios fiscais de ICMS à produção de *tablets*, os computadores portáteis.

No parecer da PGR, apresentado ao ministro Celso de Mello, relator da ação no Supremo Tribunal Federal (STF), Gurgel argumenta que os dispositivos legais, editados por São Paulo, ferem a Constituição Federal. Ele diz ser ilegítima a concessão de benefi-

taíwanesa
No começo do ano passado, após visita à China, a presidente Dilma Rousseff tomou a decisão de criar as condições fiscais para atrair empresas produtoras de *tablets* para o Brasil. A taiwanesa Foxconn já chegou para isso.

cios fiscais do ICMS sem que haja convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal (DF) no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O procurador-geral da República sugere ao ministro Celso de Mello que conceda liminar (medida cautelar) porque há urgência



Procurador Roberto Gurgel diz que atitude de São Paulo fere pacto federativo

do pedido do Estado do Amazonas, "uma vez que os benefícios fiscais instituídos pela legislação paulista já estão em vigor, o que demanda a adoção de medidas urgentes e eficazes voltadas a evitar os prejuízos decorrentes da guerra fiscal", diz o parecer da PGR. A Advocacia-Geral da União (AGU) também se manifestou pela concessão parcial da medida cautelar.

DISPOSITIVOS

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4635), do Amazonas, questiona dispositivos que legislam sobre a cobrança do ICMS e os benefícios fiscais concedidos pelo Estado de São Paulo, a *tablets* e produtos de informática lá fabricados. As leis e decretos paulistas, editados em 1989, 2000 e 2007, permitem a redução da base de cálculo na fabricação e comercialização de *tablets*, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7%, e concedem crédito presumido de iguais 7% relativo ao ICMS incidente sobre produtos da indústria de informática fa-

bricados por empresas que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação.

Para o Governo do Amazonas, essa atitude vem causando impactos prejudiciais aos demais Estados e ao Distrito Federal, já que os *tablets* produzidos em São Paulo tiveram redução efetiva de alíquota zero, do ICMS, enquanto o mesmo produto fabricado na Zona Franca de Manaus estaria sendo taxado em 12% ao entrar em solo paulista.

O parecer de Roberto Gurgel afirma que, mesmo sendo o ICMS um imposto estadual, a Constituição Federal atribui à lei complementar a forma como serão concedidos isenções, incentivos e benefícios relativos ao imposto, devendo ser concedidos mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal. "Trata-se de exigência que tem por objetivo evitar a prática de guerra fiscal, que, em última análise, provoca a desestruturação do próprio pacto federativo", diz Gurgel.

CARREIRA

Suframa fará novo concurso

Autarquia pediu autorização para Ministério do Planejamento. Não há definição sobre vagas e prazo

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) deve realizar um novo concurso este ano. A autarquia pediu autorização do Ministério do Planejamento para por em prática a proposta.

Ainda não há definição sobre a data de edital e nem sobre o número de vagas, porém, em dezembro, a Câmara dos Deputados recebeu o Projeto de Lei

2205/11, que cria entre eles 89 cargos efetivos de analista técnico-administrativo no quadro de pessoal da Suframa.

A única definição é que os cargos de nível superior serão remunerados com R\$ 2.887,28, além de gratificação de R\$ 924,90 e auxílio alimentação de R\$ 304,00. Os aprovados em cargos de nível médio recebe-

rão R\$ 1.327,83, gratificação de R\$ 622,40 e auxílio alimentação de R\$ 304,00. Quanto aos benefícios, são eles: auxílio-transporte, plano de saúde e auxílio pré-escolar.

CONCURSO DE IRANDUBA

A Prefeitura de Iranduba só deverá divulgar a nova data do concurso público, que foi sus-

penso pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), no final janeiro, após corrigir o edital e enviar as modificações para serem aprovadas pela Câmara de Vereadores do município.

O prefeito Nonato Lopes contou ontem que realizou uma reunião de secretariado para tratar do assunto. "A câmara volta a funcionar nesta quar-



Sede da Suframa

Superintendência da Zona Franca
Último concurso foi realizado em 2008

ta-feira. Temos primeiro que aprovar as mudanças no edital, que irá tramitar em regime de urgência, para depois obtermos uma data", disse.

Entre os erros apontados pelo TCE estão a não divulgação do edital, na íntegra, no Diário Oficial do Estado; a publicação do documento após as inscrições já terem sido iniciadas; falta de isenção da taxa de inscrição para candidatos de baixa renda; e falta de especificações sobre a contratação do instituto Qualicon para realizar o certame.

O concurso que oferece 739 vagas, com remuneração que vai de R\$ 575,40 a R\$ 2.071,73, obteve mais de 11 mil candidatos inscritos.

CAPA

PIM tem vitória na briga pelos tablets

Procurador-geral da República, Roberto Gurgel enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal, com críticas a São Paulo, por conceder isenção fiscal de ICMS aos tablets de forma arbitrária. Medida estimula a “guerra fiscal” entre Estados e prejudica o Polo Industrial de Manaus. **Economia B1**

Na disputa pelos tablets, Estado leva 1ª vantagem

RICHARD RODRIGUES
E AGÊNCIAS
Equipe EM TEMPO

A briga pela produção de tablets entre Amazonas e São Paulo ganha mais um capítulo. Dessa vez, o Estado conta com um aliado de "peso" na disputa, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer que critica São Paulo pela isenção fiscal aos equipamentos fabricados em território paulista.

De acordo com o procurador, o governo paulista concedeu a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos tablets de forma arbitrária, o que estimula a "guerra fiscal" não só com o Amazonas, prejudicando o Polo Industrial de Manaus (PIM), mas todos os Estados brasileiros. "Trata-se de exigência que tem por objetivo evitar a prática de guerra fiscal, que, em última análise, provoca a desestruturação do próprio pacto federativo, mediante o exorbitante favorecimento do ente público desonerador, em prejuízo aos demais entes da Federação", afirmou o procurador-geral.

O primeiro passo que con-

tra a medida adotada por São Paulo partiu da administração amazonense, que alegou prejuízos às atividades

do PIM e ao Distrito Federal, causados pela decisão de São Paulo de reduzir a zero a alíquota do ICMS para tablets. O governador do Amazonas, Omar Aziz, pontuou, ainda, que, enquanto o produto paulista não paga imposto, o mesmo item, fabricado em Manaus, é taxado em 12% ao entrar em território paulista.

Baseado na justificativa de Aziz, Gurgel explica que, mesmo se tratando de um imposto estadual, a concessão de incentivos e benefícios relacionados a ICMS precisam de aprovação dos demais Estados e do Distrito Federal, o que ocorre por meio de convênio elaborado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Na solicitação encaminhada à Procuradoria, o governo do Amazonas pede que o benefício fiscal seja suspenso em decisão liminar, ou seja, provisória. Após garantir o apoio da Procuradoria Geral da República, agora a garantia da competitividade ao parque fabril manauense só depende do STF, que acatará ou não o pedido de Gurgel. A decisão está nas mãos do relator do caso no STF, Celso Mello.



WERTNER SANTANA/E

Normas legais paulistas reduziram a zero o ICMS dos tablets

Ainda 'no jogo' pela produção

As indústrias locais viram a iniciativa da Procuradoria Geral da República como um passo importante para as atividades do PIM, que já perdeu investimentos "vultosos", como o da Apple, para o Estado de São Paulo. "O parecer, embora não seja definitivo, pois ainda cabe uma decisão do STF, faz com que a indústria amazonense esteja no páreo com São Paulo no que diz respeito à produção de tablets", observou o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva.

O dirigente ressaltou ainda que a medida visa estimular a produção do equipamento no PIM, o que permitirá que as indústrias locais estejam no mesmo patamar das indústrias paulistas e possam disputar a concorrência de igual para igual. "O parecer emitido pelo procurador-geral é uma vitória para o Amazonas e torna as empresas locais

mais fortes", pontuou.

Caso o STF emita decisão em favor do Amazonas, o PIM se concretizará como um dos maiores fabricantes de tablets do país. Cinco empresas já estão com seus projetos de industrialização do eletroeletrônico aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam). A CBTD (antiga Gradiente), Digibrás (CCE), Greenworld, Positivo e Samsung estão com estimativa de investir R\$ 405,3 milhões no PIM, com geração de mais de 300 empregos diretos.

Ação contra SP

O governo do Amazonas protocolou no STF, em Brasília, no dia 28 de julho do ano passado, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o Decreto 57.144 do governo de São Paulo, que concede incentivo fiscal à produção de tablets naquele Estado, o que rendeu reação do Amazonas.

Justiça barra demissões de terceirizados da Suframa

Ao todo, pelo menos 115 funcionários da Fucapi, que prestam serviços à autarquia, estavam ameaçados de demissão

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Uma decisão judicial concedida, ontem, pela juíza federal Hind Ghas-san Kayath garantiu a permanência aos funcionários terceirizados da Fundação Centro de Análise Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) que trabalham na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A decisão suspendeu temporariamente os efeitos da liminar expedida pela 3ª Vara Federal, que exigia a demissão dos terceirizados, ao mesmo tempo em que proibia a Suframa de contratar funcionários não concursados.

A juíza é a relatora de um agravo de instrumento impetrado pela Suframa, após a rejeição de um recurso ingressado pela autarquia que contestava a liminar da 3ª Vara Federal, concedida em novembro do ano passado. Hind Kayath alegou "perigo de danos imediatos" para a Suframa, às pessoas terceirizadas e às empresas que dependem dos serviços prestados por elas.

Conforme a Suframa, pelo

menos 115 funcionários estavam ameaçados de demissão. Por conta dessa situação, um clima de tensão havia sido instalado entre os terceirizados que ficaram com medo de ser demitidos. Segundo um funcionário da Fucapi, que pediu para não ter o nome divulgado, as pessoas ficaram apreensi-

DECISÃO

Ação suspendeu os efeitos da liminar da 3ª Vara Federal, que exigia a demissão dos terceirizados, ao mesmo tempo em que proibia a Suframa de contratar funcionários não concursados

vas com a possibilidade de demissão, ao ressaltar que algumas delas estavam abatidas psicologicamente.

Um grupo de 69 pessoas já foi substituído pelos profissionais que passaram no concurso da Suframa, realizado em 2008, para prover 81 vagas. Outros 12 concursados ainda aguardam a

nomeação para trabalhar. De acordo com a Suframa, a maioria dos terceirizados atuava em setores técnicos e de informática.

O EM TEMPO tentou falar, ontem, com o Ministério Público Federal (MPF), mas não obteve sucesso.

Liminar

A decisão liminar expedida pela Justiça Federal que obriga a superintendência a demitir os empregados terceirizados foi concedida em razão de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM).

Desde 2009, o órgão investigava a contratação de funcionários não concursados pela autarquia que, em 2008, promoveu concurso público para preencher cargos vagos.

O resultado final homologado no mesmo ano, com validade de dois anos e prorrogado por igual período, a partir de 18 de maio de 2010. Mesmo assim, a Suframa optou por "inchar" o quadro de terceirizados, ao invés de chamar os aprovados no concurso público, o que gerou uma ação do MPF-AM.



Justiça entendeu que a demissão dos terceirizados ocasionaria danos a estes e à Suframa

Novo PPB garante Red Bull em Manaus

Com a alteração nas regras, produção de refrescos, isotônicos e energéticos recebe incentivos fiscais também no parque local

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Publicada, ontem, no Diário Oficial da União (DOU), a alteração no Processo Produtivo Básico (PPB) dos refrigerantes (exceto guaraná) amplia benefícios para refrescos, isotônicos e energéticos e "derruba" a última barreira para a instalação da austríaca Red Bull no Polo Industrial de Manaus (PIM).

A portaria interministerial nº 35/12 beneficia diretamente a fabricante Red Bull, cujo projeto de instalação - estimado em R\$ 509 milhões -, já foi aprovado, em 2011, no Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam), mas aguardava alterações nas regras para consolidar sua implantação no parque local.

De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a instalação da Red Bull é um dos assuntos que será discutido na próxima reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS), prevista para o dia 28 de fevereiro. Para o superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, a multinacional austríaca movimentará

uma cadeia produtiva no polo industrial. "A Red Bull deve gerar diretamente 79 empregos, mas precisará de empresas agregadas que produzam suas latas, seus pacotes, seus ingredientes. Ela promete ser a cabeça de um novo e forte segmento industrial", avaliou Thomaz Nogueira.

O secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas (Seplan), Airton Claudino, destacou que a alteração no PPB das bebidas abre uma série de possibilidades para novos investimentos na região.

"A alteração, na verdade, deu-se tão somente na nomenclatura do PPB, sendo que as etapas mantiveram-se inalteradas", explicou o secretário.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, espera que outros PPBs que aguardam na "gaveta" possam ser aprovados também.

"A mudança no PPB das bebidas é um alento e dá sinais de que os processos podem começar a andar", frisou, citando lâmpadas, tomadas e interruptores como exemplos de PPBs que aguardam aprovação.

Investimento ambicioso

De acordo com a Suframa, a futura unidade da Red Bull no Polo Industrial de Manaus (PIM) será a primeira fábrica própria da empresa. Conforme cálculos da própria Red Bull, ela deverá produzir

64 milhões de litros já no primeiro ano de funcionamento.

o ,
ca-

pacidade que deverá chegar a 85 milhões, dois anos depois.

Atualmente, toda a produção da Red Bull, que abastece mais de 160 países, é feita em unidades terceirizadas na Europa. De sua criação, em 1987, até o ano passado, a empresa vendeu quase 35 bilhões de latinhas do energy drink em todo o mundo e conquistou, ao lado de Coca-Cola e Pepsi, o posto de uma das maiores empresas de bebidas não alcoólicas do planeta.

"Há estimativa de que, uma vez instalada no Amazonas, a Red Bull vá investir na substituição de insumos, aproveitando ingredientes regionais na produção de seu famoso energético e na criação de novos produtos no PIM", informou a Suframa.



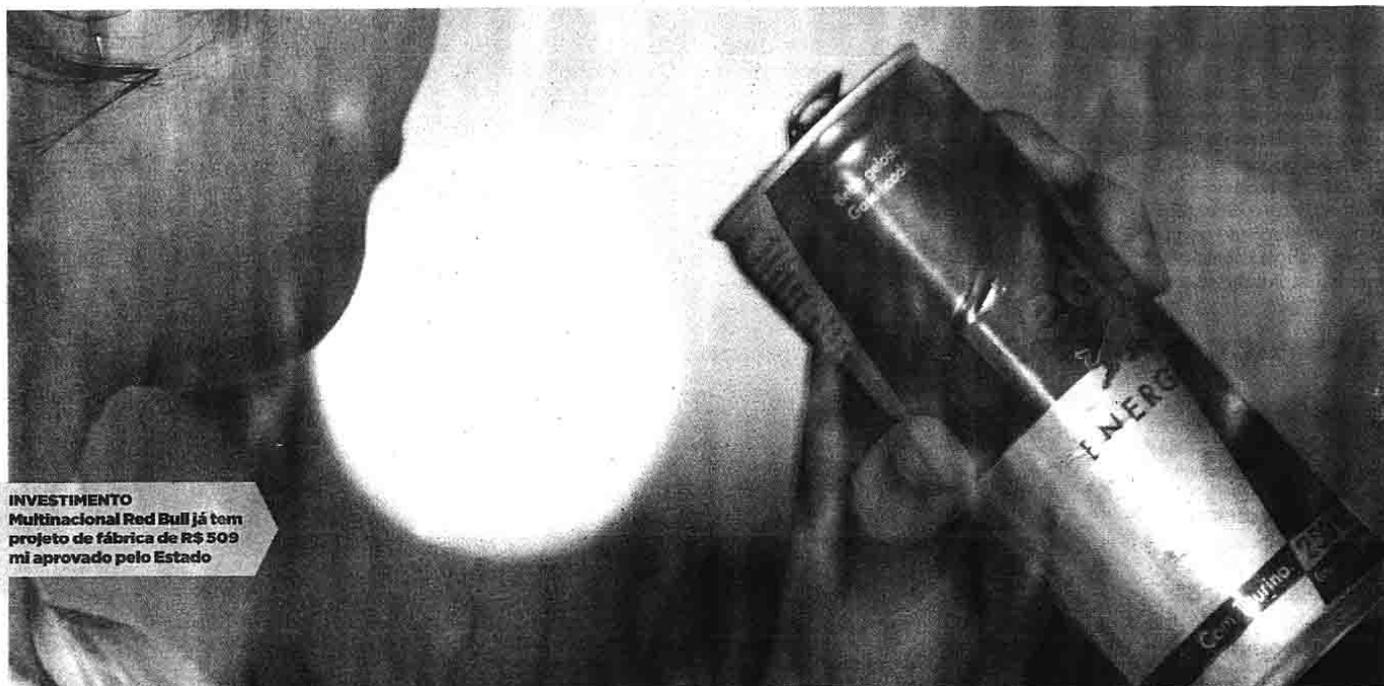
Fabricante prevê investir R\$ 509 milhões na unidade de Manaus

EM MANAUS

Instalação de fábrica da Red Bull vai custar R\$ 500 milhões

Economia B3

CAPA



INVESTIMENTO
Multinacional Red Bull já tem
projeto de fábrica de R\$ 509
mi aprovado pelo Estado

Além da Red Bull, Coca-Cola, que já está sediada em Manaus, tem interesse em produzir bebidas energéticas no polo industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM). No próximo dia 28, a Suframa analisa a concessão de incentivos fiscais para novos projetos industriais voltados a Manaus

Atualização de PPBs fortalece PIM e abre caminho para os energéticos

- Revisão de Processos Produtivos Básicos atende segmento de informática e possibilita a instalação de fábricas de bebidas energéticas, como a da Red Bull, que tem projeto para Manaus. **ECONOMIA PÁG 9**

Editorial

Novos horizontes

Uma nova gama de Processos Produtivos Básicos (PPB) acaba de ser atualizada e abre novas perspectivas de crescimento para o polo industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Depois de perder a batalha para a fabricação de computadores do tipo tablet no ano passado, o Estado recebe autorização para desenvolver uma indústria de bebidas

energéticas, além de poder adensar a cadeia de produtos de informática, como pen drives.

Com a porta aberta para os energéticos, o líder mundial do segmento, a austríaca Red Bull deve apresentar projeto para a fabricação do produto em Manaus já na próxima reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS), órgão que concede incentivos fiscais federais no modelo ZFM.

A multinacional já tem projeto aprovado na esfera Estadual e, com a investida, terá a primeira fábrica própria no mundo - sua produção é terceirizada na Europa.

A Red Bull deve empregar cerca de 80 pessoas diretamente nas linhas de

Depois de perder a batalha dos tablets,

o Estado poderá desenvolver uma indústria de bebidas energéticas.

produção, mas atrairá fornecedores de insumos para os seus produtos. Além disso, os concorrentes da área, como a igualmente gigante Coca-Cola, também devem seguir o exemplo e Manaus passará a concentrar esta indústria.

A atualização dos PPBs é necessária. Moderniza e amplia a gama de produtos fabricados em Manaus, gera emprego e

A atualização dos PPBs foi uma luta

que o Estado venceu, mas muitas outras estão em andamento.

renda e divisas para o País e essa política precisa continuar. Outros processos produtivos estão em análise pelos ministérios do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia e as lideranças do Amazonas devem pressionar o governo federal para atender com celeridade tais demandas.

Se perdemos segmentos importantes ao longo da

história da ZFM, devemos ao menos compensá-las com outras conquistas.

Na ponta do lápis, o Polo Industrial de Manaus responde por cerca de 55% da arrecadação direta de ICMS. E sem ele, além desta receita, os demais setores não sobrevivem, já que o PIM movimenta toda a geração de riqueza no Estado.

A atualização dos PPBs foi uma luta que o Estado venceu, mas muitas outras estão em andamento. Além da concorrência dos outros países, temos a que é travada com os demais Estados. Esta é predatória e irracional aos olhos da nação e costuma ser a mais nociva.

Claro & Escuro

REAÇÃO

Notícias e posts

Mal a Procuradoria-Geral da República emitiu parecer contra a isenção do ICMS para tablets em São Paulo, sob o argumento de que o benefício não é resultado de convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), começaram a aparecer notícias e posts em blogs do sudeste contra a medida e a ação interposta pelo Amazonas.

MPF sugere suspensão de benefícios paulistas para produção de tablets

TEXTO: Mário Bentes e Rosana Villar
FOTO: Justin Sullivan / AFP

MANAUS

Ministério Público Federal (MPF) deu parecer pela concessão de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4635, proposta pelo Governo do Amazonas, em julho do ano passado contra o governo e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O parecer, dado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e será apreciado pelo ministro Celso de Mello, relator da ação.

A ADI questiona dispositivos que legislam sobre a cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e os benefícios fiscais concedidos pelo Estado de São Paulo a tablets lá fabricados, por meio do Decreto 57.144, assinado pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), em 2011.

Segundo a ação do Amazonas, os benefícios fiscais concedidos naquela região vêm causando impactos prejudiciais aos demais Estados e ao Distrito Federal, já que os tablets produzidos em São Paulo tiveram alíquota reduzida a zero, enquanto o mesmo produto fabricado na Zona Franca de Manaus estaria sendo taxado em 12% ao entrar em São Paulo.

Gurgel opinou pela concessão de liminar suspendendo imediatamente o benefício. De acordo com o parecer, "não é possível a edição de atos normativos que concedam benefícios fiscais relativos ao ICMS sem a prévia celebração de convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)". Também foi afirmada a legitimidade da propositura da ação pelos governadores dos Estados ou do Distrito Federal.

Constituição Federal

FRASE



José Laredo.

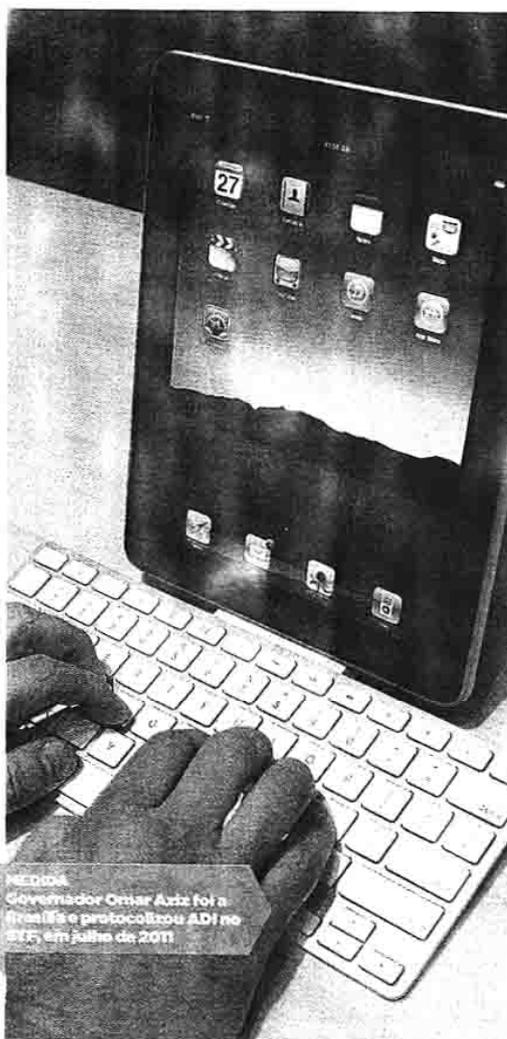
Consultor

Poderemos usar esta vitória como barganha para pedir a solução de outros problemas mais graves, como a questão das Smart TVs e dos aparelhos celulares"

O parecer do MPF afirma ainda que, mesmo sendo o ICMS um imposto estadual, a Constituição Federal atribui à lei complementar a forma como serão concedidos isenções, incentivos e benefícios relativos ao imposto, devendo ser assegurado mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal. "Trata-se de exigência que tem por objetivo evitar a prática de guerra fiscal, que, em última análise, provoca a desestruturação do próprio pacto federativo, mediante o exorbitante favorecimento do ente público desonerador, em prejuízo aos demais entes da Federação", defende o parecer.

A ADI foi entregue pelo governador Omar Aziz (PSD) no dia 28 de julho do ano passado diretamente ao presidente do STF, o ministro César Peluso. No dia 1º de junho do ano passado, o STF declarou inconstitucionais leis de seis Estados e do Distrito Federal que concedem benefícios relativos ao ICMS sem aprovação do Confaz. Na época, Peluso resumiu o problema como "benefícios fiscais concedidos ao arripio da Constituição".

Com o parecer da PGR, a ADI aguarda apenas pedido de pauta para entrar em julgamento no STF.



MECIDA
Governador Omar Aziz foi a Brasília e protocolizou ADI no STF, em julho de 2011

Fábricas com projetos aprovados pela Suframa aguardam o fim do impasse para iniciar produção de tablets em Manaus

AM X SP

Vitória pode ser usada como manobra

Para o economista e consultor de projetos industriais da Controle Consultoria, José Laredo, mesmo que a decisão do MPF seja derubada em última instância, a ação pode abrir um precedente favorável para o Amazonas em outros pleitos.

"Mesmo que a gente não ganhe na decisão final, a exclusividade de produção dos tablets, já que existe a lei de informática e a Justiça pode considerar que essa exclusividade seria um retrocesso, poderemos usar esta vitória como barganha para pedir a solução de outros problemas mais graves, como a questão das Smart TVs e dos celulares", afirma. De acordo com Laredo, existe uma forte movimentação política para incluir televisões com acesso à internet e celulares na lei de informática, o que traria enormes prejuízos ao Estado.

"Se a TV for considerada um bem de informática, tendo em vista que ela pode ser usada para fazer as operações que se faz no computador, isso iria destruir um segmento que é o mais importante para nós. O setor de Eletroeletrônicos representa atualmente 35% do PIB das indústrias incentivadas do PIM. Mas o governo pode usar essa vitória como manobra para frear esta intenção de criar condição para todo mundo produzir televisão".

O economista disse ainda que não acredita em um contra-ataque do governo paulista.

Seis empresas possuem projetos de fabricação de tablets já aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Os projetos, das empresas Digibrás, Greenworld, Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), Evadin, Positivo e Samsung, têm previsão de investimento de R\$ 244,5 milhões, com a criação de 261 novos postos de trabalho em até três anos.

OS NÚMEROS

R\$ 244 mi

Esse é o valor que será investido pelas seis empresas que já possuem projetos de implantação destinados à produção de tablets aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

261

Essa é a estimativa de empregos que deverão ser criados em três anos com a implantação das linhas de produção de tablets das fabricantes Digibrás, Greenworld, CBTD, Evadin, Positivo e Samsung.

Notebooks, cartões de memória e bebidas têm novos PPBs

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Nathalie Brasil

MANAUS

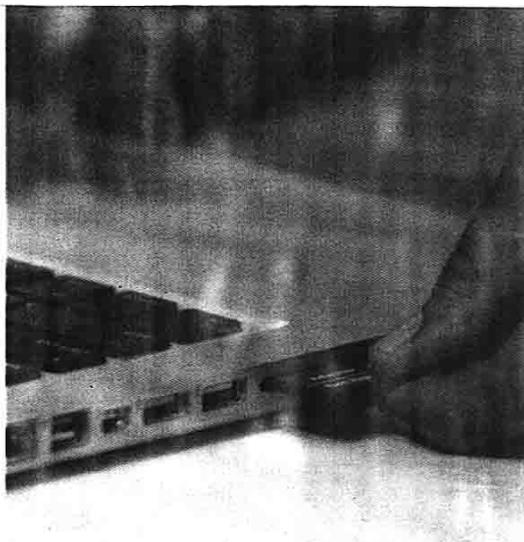
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) alterou o Processo Produtivo Básico (PPB) para as empresas que fabricam refrigerantes no Polo Industrial de Manaus (PIM), ao incluir fábricas de refrescos, isotônicos e energéticos. A medida visa garantir a instalação da Red Bull no Estado, com investimento estimado em R\$ 509 milhões.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, em forma de Portaria Interministerial de número 35/2012. Além das bebidas, foram feitas alterações nos PPBs de 'cartões inteligentes' (smart cards) e 'netbooks e notebooks', dentre outros.

De acordo com a Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), essas portarias trazem alterações pontuais na redação dos cumprimentos de etapas previstas no PPB já em vigor na indústria local.

Smart cards

No caso dos smart cards, a mudança no PPB se deu com o argumento das fabricantes de que a crise mundial provocou o retardamento dos investimentos, impedindo o encapsulamento de 50% dos chips no País em 2011, como previa o PPB anterior. Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia da Informação (MCTI), com o novo PPB, a empresa fabricante que não atingiu o percentual de encapsulamento em 2011 ficará obrigada a cumprir a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2012. Além disso, esse prazo poderá ser estendido até 31 de dezembro de 2013, mediante aplicação de percentual adicional de 1% sobre o faturamento



Fabricantes de cartões e de notebooks alegaram que crise internacional comprometeu produção e metas exigidas nos PPBs

OS NÚMEROS

US\$ 9 bi

Esse é o valor estimado da marca Red Bull, considerada a terceira marca de bebidas mais valiosa do planeta, atrás apenas da Coca-Cola e da Pepsi.

incentivado da empresa, do ano de 2011, em P&D.

Energético

O novo PPB para o setor de bebidas abre caminho para um novo segmento no PIM, que deve ser encabeçado pela Red Bull. A Coca-Cola também já se mostrou interessada. A marca produz o 'Burn'.

A fabricante austríaca do energético aprovou, no fim de 2011, um projeto de instalação com benefícios fiscais junto ao Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam) e vai incluir para apreciação o mesmo documento no Conselho Administrativo da Suframa (CAS), no dia 28 deste mês.

A Red Bull deve iniciar sua

produção em 64 milhões de litros no primeiro ano e chegar a 85 milhões no terceiro. Segundo o titular da Suframa, Thomas Nogueira, a instalação da Red Bull movimentará toda uma cadeia produtiva no PIM. "Ela deve gerar diretamente 79 empregos, mas precisará de empresas agregadas que produzam suas latas, seus pacotes e seus ingredientes. Ela promete ser a cabeça de um novo segmento industrial", analisou o superintendente.

Notebook e netbook

Em entrevista ao site Telesíntese, o coordenador de Microeletrônica do MCTI, Henrique Miguel disse que a alteração do PPB do netbook e do notebook ocorreu em função da grande demanda por esses equipamentos, que provocou escassez de placa-mãe no mercado. A nova portaria estabelece que caso o percentual de fabricação no País não seja alcançado, a empresa ficará obrigada a cumprir a diferença residual, em unidades produzidas, até 30 de junho de 2012, sem prejuízo das obrigações correntes.